

Hierarquias, fortunas e artigos importados em Belém, 1840-1870

Mábia Aline Freitas Sales¹
Leila Mourão²

Resumo: Este trabalho propõe constatar, através dos inventários do Centro de Memória da Amazônia, a presença dos bens importados vindos do além-mar (Portugal, França, Inglaterra e Estados Unidos) para o porto da capital da Província do Pará, no período de 1840 a 1870. Sabe-se que uma parte significativa da intensa variedade de produtos chegados passaria a pertencer a indivíduos que ocupavam diferentes lugares na hierarquia da sociedade belenense. Desse modo, o objetivo é constatar, dentro das diferentes faixas de fortuna, a presença dos produtos que, em sua maioria, eram aferidos como civilizados. Por outro lado, para além de estarem imbuídos desses valores simbólicos que os circundavam, passaram a compor a fortuna de diversos sujeitos, dada a sua frequência nos inventários arrolados. Esse levantamento faz-se importante na medida em que insere a Província do Pará no circuito do comércio internacional, no qual estiveram inseridas as cidades portuárias do Brasil a partir do século XIX. Concomitantemente, possibilita uma reflexão acerca da migração de produtos no bojo do processo de intercâmbio cultural impulsionado pelas grandes migrações do mesmo período.

Palavras-chave: Bens importados; consumo; Belém.

Abstract: This research proposes, through on Amazonia Centre of Memory's inventory, the presence of the imported goods' routes which came from overseas (Portugal, France, England, and United States of America) to the Province of Pará harbor, between 1840 to 1870. A significant fraction of the intense variety of products would be part of the everyday life of Belem's population. Thus, the aim is to spot, among the different tracks fortune, the presence of these goods which, for the most part, were considered civilized. In another hand, more than permeated in these symbolic values, they became part of the fortune of many individuals, something perceived due to their frequency in the inventory analyzed. This data collecting was important for inserting the Province of Pará in the international trade circuit, in which the Brazilian port cities were since from the nineteenth century. Meanwhile, it has us reflect on the migration of products and concepts of civilization in the scope of cultural interchange process provided by big migrations from the same period.

Keywords: Imported goods; consumption; Belém.

¹ Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mabiahistoria@bol.com.br.

² Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. E-mail: miranda.mourao@bol.com.br.

O MOVIMENTO DAS EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS

A partir de 1840, a navegação estrangeira circundava de maneira cada vez mais intensa o porto do Pará. Em meados do oitocentos, o porto de Belém ocupava o quinto lugar no comércio de importação³ (BASTOS, 1937, p. 156). Indubitavelmente, foi com o termino da Cabanagem que, paulatinamente, a navegação de longo curso foi se tornando expressiva na capital da Província. Conseqüentemente, o volume de bens importados que nela adentrava era muito superior aos tempos de outrora, quando a metrópole portuguesa dominava o comércio local.

Antonio Baena, ao comparar as navegações da capitania do Pará com a Bahia em 1695, informa que “desta arte não é de maravilhar que quando dos portos de meio-dia do Brasil se soltavam as frotas, como a da Bahia em 1695 composta de 40 navios grandes (...), houvessem apenas três navios ocupados em igual tráfico de Lisboa para o Pará”. No entanto, afirma que é certo que a partir de 1733 havia carga para 7 navios e “desse ano em diante o dito número foi tendo paulatino incremento” (BAENA, 2004, p. 171).

Contudo, até o final do século XVIII o movimento das embarcações que atravessavam o Atlântico com destino a capitania do Grão-Pará ainda era incipiente e estava restrito a Portugal, além dos navios ligados ao tráfico de escravos. A partir de 1755 com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, destinada a incrementar o tráfico, houve um considerável aumento na introdução de escravos e conseqüentemente na entrada de embarcações (SALLES, 2005, p. 55).

Ainda assim, no decorrer das décadas de 1780-1800, ainda recordava Baena, a quantidade de navios que passava pelo porto do Pará havia aumentado de 12 ou 13 para 25. Após a “separação do Maranhão em 1772 e até pelo menos 1817, a capitania do Grão-Pará cresceu em número populacional e em comércio” (BAENA apud RICCI, 2003, p. 169), comércio esse que somente viria a desenvolver-se com a carta régia de 28 de janeiro de 1808, que possibilitou aos portugueses, americanos e as outras nações a “comunicação mercantil”, sendo de acordo com Baena a “fonte mais caudal da riqueza e prosperidade, constituindo fácil e pérvio o comércio de seu

³ O porto de Belém perdia para o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luis.

riquíssimo torrão a todos os povos civilizados” (2004, p. 273). Nesse sentido, a abertura dos portos possibilitou a relação do Pará com outros mercados do circuito internacional, tornando possível a circulação de artigos importados por diversos extratos sociais da população de Belém.

Como bem já reconhecia o referido autor, ainda na década de 1830, momento de produção da sua obra, estudos recentes demonstram que no decurso do período joanino o “transito fluvial-marítimo” tornou-se mais intenso. Em 1815, com o fim das guerras peninsulares, houve aumento na entrada de embarcações estrangeiras, especialmente inglesas, norte americanas e francesas ao mesmo tempo em que houve uma diminuição das embarcações lusitanas, sobretudo a partir de 1818. Entre 1808 a 1821 chegaram ao porto de Belém 534 embarcações (VIEIRA JUNIOR, BARROSO, 2010, p. 196) e já no período de 1840 a 1870, foco dessa pesquisa, foram registradas as visitas de 4.114 embarcações,⁴ o equivalente a uma média de 152 embarcações anuais, enquanto que no período joanino tinha a média de 38 entradas por ano.

De acordo com a tendência comum desde o período joanino, os portos de onde mais provinham as embarcações eram os americanos, portugueses, ingleses e franceses. A tabela 1 demonstra a preponderância das embarcações estrangeiras sobre as nacionais e especifica a participação mais ou menos efetiva de cada país de acordo o número de embarcações provenientes de seus portos.

Tabela 1 – Procedência das Embarcações entradas no Porto de Belém, 1840-1867 (em números absolutos)

ANO	Portos Brasileiros (846)	Portos Estrangeiros (3.026)			
		Americanos	Portugueses	Ingleses	Franceses
1840	20	14	12	5	3
1841	21	33	21	5	6
1842	13	33	17	7	6
1845	20	31	16	9	6
1846	18	25	15	8	9
1847	21	21	16	9	9
1848	15	28	29	10	14
1849	44	27	20	19	12
1850	19	36	16	14	9
1851	18	25	22	15	13
1852	23	39	21	14	11

⁴ Relatórios da Presidência da Província.

1853	29	47	22	19	16
1854	49	36	20	19	16
1855	51	32	19	23	17
1856	64	33	21	14	20
1857	59	30	20	22	22
1858	50	31	18	26	22
1861	65	25	15	18	17
1862	65	23	26	36	23
1863	57	2	26	68	22
1866	64	30	23	63	26
1867	61	29	27	61	26
Total	846	630	442	484	325

Fonte: Tabela constituída a partir dos Relatórios da Presidência da Província⁵

Os dados acima mostram o quão era importante a navegação de longo curso. Além disso, permite que partamos da ideia de que quanto maior era o movimento no porto de Belém, mais a Província passava a dispor de artigos para os mais variados fins, desde os mais sofisticados aos de primeira necessidade. A Belém dos meados do século XIX esteve permeada pela presença dos objetos que, vindos de terras longínquas, no Pará, se tornaram essenciais.

Dessa maneira, o consumo de importados seria o resultado de um processo de expansão do capitalismo que atingiu seu ápice no século XIX, influenciando sobremaneira a vida material dos sujeitos (BRAUDEL, 1995) e também denota uma forma de escolher, classificar e se relacionar com o mundo (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Para além de entender a chegada dos objetos importados no porto da capital do Pará é necessário conhecer, ainda que de maneira parcial, os consumidores desses produtos. É preciso identificar no meio social a existência desses objetos. Dessa maneira, busca-se fazer esta verificação, tomando como base o fato de que os produtos importados eram consumidos por pessoas com níveis de renda ou de riqueza distintos e que tinham cotidianos também diferenciados.

Pensemos em um cotidiano que não se confunda com história da vida privada, uma história da casa ou exclusivamente da domesticidade, mas que abranja outros aspectos da vida comum, na casa ou na rua, na vida privada ou na pública.

⁵O número de embarcações referentes aos anos de 1840 e 1854 não estavam disponíveis nos Relatórios da Presidência da Província. Completamos esses dois anos com informações do jornal Treze de maio.

Nesse sentido, o sistema de hábitos e o uso dos objetos, bem como a socialização por eles produzida, sobre a qual se constrói a cultura humana, formam as estruturas do cotidiano (HELLER, 1970), portanto a história.

FORTUNAS E BENS IMPORTADOS NAS FONTES NOTARIAIS

Entende-se que o deslocamento de objetos traz em seu bojo uma ideia do inusitado, que acaba por ser incorporado ao novo espaço, à medida que possibilita usos e sociabilidades. As mudanças fulcrais que tem início ainda na primeira metade do século XIX, como o empoderamento de hábitos burgueses, a adoção das fronteiras entre o público e o privado – o que possibilitou a inserção de novos objetos no espaço da casa - (SENNETTI, 1999), o incremento das relações transatlânticas, o aumento da imigração e a consequente difusão de hábitos que fugiam aos padrões locais possibilitaram, em âmbito micro, transformações relacionadas ao mundo da casa, do trabalho, da diversão ou mesmo as relacionadas com as maneiras de tratar as doenças, de vestir-se ou alimentar-se.

Este artigo busca identificar os artigos importados na relação de bens dos inventariados possuidores de diferentes fortunas em Belém entre 1840 e 1870, considerando o incremento das navegações de longo curso, a partir de 1840, que propiciou a adoção de hábitos inspirados nos países “civilizados” (ELIAS, 1994). Isso é fundamental porque relaciona Belém a um circuito internacional antes mesmo da década de 1870, período caracterizado pelo cosmopolitismo ocasionado pelo favoritismo da borracha na pauta de exportações (SARGES, 2002). O interesse dessa pesquisa, então, consiste em verificar os objetos importados nas fontes notariais, assim como visualizar um perfil, sobretudo econômico dos seus consumidores em Belém dos meados do século XIX.

Nessa perspectiva, foram analisados 52 inventários de pessoas de diferentes níveis econômicos e sociais da capital e do interior da Província, sendo que a maior parte dos inventariados morava na capital. No entanto, 2 não entraram na análise das faixas de fortuna por não conterem monte-mor⁶ do inventariado, mas

⁶ O monte-mor consiste no valor bruto de uma herança. Portanto, é a totalidade de bens deixados pelo autor da herança, antes de deduzidas as despesas e os encargos que devem ser efetuados pelos herdeiros.

foram considerados por conterem itens importados e, assim, também participaram do resultado do processo imigratório dos artigos vindos do além-mar.

A amostra foi selecionada a partir de um total de 252 inventários pertencentes aos cartórios Odon e Fabiliano, disponíveis no Centro de Memória da Amazônia, sendo os únicos que contemplavam a temporalidade orientadora da pesquisa. O levantamento foi amostral, considerando um número de inventários para as décadas de 1840, 1850 e 1860, que desse conta de localizar a presença de objetos importados que compunham o rol de bens de indivíduos com diferentes níveis de riqueza. A análise desses inventários constatou que os bens importados estavam presentes em menor ou maior grau em todas as faixas de fortuna levantadas.

Analisar os inventários é uma forma de constatar a existência dos objetos como componentes da vida material de indivíduos que viviam em Belém, pois o inventário possibilita a visualização dos elementos concretos da composição de bens na materialidade desses indivíduos.

Os inventários são fontes que descrevem os bens de um indivíduo falecido que devem ser partilhados.⁷ Entre os tipos de bens que podem ser descritos estão os bens móveis, os bens de raiz e os semoventes. A partir da análise do inventário é possível apreender as condições materiais da vida do inventariado, bem como a inserção do sujeito na sociedade a qual foi partícipe, embora nem sempre esteja tão evidente.

Uma das dificuldades encontradas se deve ao problema de que nem sempre se faz referência à origem do produto. Apesar disso, é possível inferir que os bens inventariados são importados através do cruzamento com outros *corpus* documentais. O jornal Treze de maio, por exemplo, possuía uma coluna intitulada movimento do porto, onde eram enumerados os navios estrangeiros e suas respectivas mercadorias entradas no porto do Pará.⁸ Também encontramos descrições dos artigos importados nos relatos dos viajantes que passaram ou

⁷ Para se obter um resumo das etapas principais da realização de um inventário ver: OLIVEIRA (2005, p. 23-25); COMISSOLI (2008, p. 12-14).

⁸ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Treze de Maio (1840-1856,1861).

viveram em Belém no período abrangido pela pesquisa.⁹ Existem também algumas fontes de teor mais quantitativo, tais como os Relatórios da Presidência da Província, os Manifestos de importação e os Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil,¹⁰ que possuem como ponto em comum a descrição minuciosa dos artigos importados com seus respectivos valores e quantidades entradas no porto de Belém.

Além disso, em muitos casos é possível identificar um produto estrangeiro pelo tipo de material que ele é composto ou pela técnica de produção que não existia no Brasil, tais como os objetos da indústria metalúrgica. Outra questão que dificulta a análise é a ausência em muitos dos inventários da profissão do inventariado, o que impede uma análise mais densa a partir de critérios qualitativos como, por exemplo, os ligados ao trabalho e ao prestígio dentro da hierarquia social.

A análise dos inventários, segundo Zélia Cardoso de Mello, está relacionada a critérios básicos: “o quantitativo por montante de rendimentos, e o qualitativo, por posição no trabalho, prestígio” (MELLO, 1985, p. 67). Os inventários analisados nessa pesquisa estarão dispostos a partir de ambos os critérios. Primeiramente, serão divididos no que João Fragoso chamou de faixa de fortuna, de acordo com os valores encontrados na pesquisa. Isso se tornou necessário como uma maneira sistemática para a organização dos inventários selecionados, criando maiores possibilidades de análise dos objetos estrangeiros com probabilidade de referência não somente para os indivíduos, como também para o grupo ao qual pertencia. Assim, “a elaboração de uma estratificação econômico-social, através de inventários, pode ter como ponto de partida a confecção de uma hierarquia econômica por faixas de fortuna.” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1992).

Por conseguinte, a análise qualitativa pretende, sempre que possível relacionar os bens importados com a profissão do indivíduo ou com algum grupo que, porventura, ele esteja ligado, apesar de as redes de relações sociais não serem o foco deste estudo. É importante também a relação dos objetos arrolados com os

⁹ Cf. AVÉ-LALLEMANT (1961); BATES (1979); BIARD (2004); KIDDER (2008); KIDDER (2001); _____; FLETCHER (1941); ORTON (1870); WALLACE (2004); WARREN (1851).

¹⁰ Biblioteca da Universidade de Chicago. Relatórios da Presidência da Província, 1840-1870; Biblioteca do Grêmio Literário Português. Manifestos de importação, 1857-1870; Biblioteca nacional do Rio de Janeiro. Coleção de mapas estatísticos do comércio e navegação do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841-1850.

bens de raiz e com outros tipos de bens, a fim de verificar a importância dos importados frente ao restante da composição da fortuna. Então, a partir do monte-mor do inventariado, qual o valor do produto importado? Embora isso seja considerado, não se pode perder de vista que a importância que poderia ser aferida a um bem importado não estava relacionada apenas ao seu valor monetário, mas ao valor de uso ou simbólico (BOURDIEU, 1989).

Com o objetivo de ressaltar a presença dos bens importados nos inventários arrolados, procuramos organizar os inventários selecionados de acordo com diferentes níveis de riqueza, a fim de verificar se há um perfil no consumo dos grupos que serão analisados. Dessa maneira, a seleção dos inventários está relacionada com a necessidade de uma amostra correspondente as décadas estudadas, sendo que posteriormente ela foi arranjada em faixas de fortuna.

Tabela 2– Autos de Inventário/Arrolamento

Fortuna em Libras (£)	Números de Inventários por década		
	1840-1849	1850-1859	1860-1870
80 a 200	1	1	2
201 a 600	2	4	3
601 a 1.000	2	6	4
1.001 a 2.500	2	4	9
2.501 a 10.000	2	3	5
Total	9	18	23

Fonte: CMA, Autos de Inventário dos Cartórios ODON e FABILIANO

Os inventários foram repartidos em cinco faixas de fortuna considerando o monte-mor bruto que variou de 80 a 10.000 libras esterlinas.¹¹ Essa divisão visa criar mais visibilidade a documentação e facilitar a análise dos objetos importados em cada faixa. A partir dessa distribuição, foram indicadas algumas possibilidades de análise, entre elas a variação da intensidade de produtos importados de acordo com a faixa de fortuna e o tipo de importado preponderante, isto é, utensílios domésticos, objetos relacionados ao trabalho e aos negócios, indumentárias e joias e outras categorias.

¹¹ A classificação das faixas de fortunas foi feita em libras esterlinas com base na tabela de conversão contida na obra *Ser escravo no Brasil* de Kátia Mattoso. Essa conversão foi necessária para corrigir as variações da inflação no decorrer dos anos. Apesar disso, os valores em réis estarão sempre dispostos tais como aparecem na documentação.

Procuramos identificar nos inventários a presença dos importados entre os bens arrolados no processo. Embora esse tenha sido o principal parâmetro, buscamos relacioná-lo basicamente às dívidas passivas e ativas e aos bens de raiz na composição das faixas de fortuna e, quando possível, relacionamos o montante a profissão/função dos inventariados. Ainda que tenha sido necessária a referência a outros elementos que compõem o monte-mor, a análise tem como epicentro a notabilidade dos objetos importados nos grupos estudados, portanto a riqueza material relacionada à posse desses produtos. É inevitável o predomínio dos bens econômicos a partir dos demarcadores de renda, embora sempre que possível relacionemos aos demarcadores sociais, que influem diretamente no nível de riqueza ou no perfil econômico das faixas de fortunas.

Tabela 3– Classificação da riqueza Inventariada por Faixas de Fortunas, em réis e libras esterlinas

Fortuna em Réis (Rs \$)	Fortuna em Libras (£)	Inventariados	
		A	P
1:000\$000 a 2:000\$000	80 a 200	4	8%
2:000\$000 a 5:000\$000	201 a 600	9	18%
5:000\$000 a 10:000\$000	601 a 1.000	12	24%
10:000\$000 a 30:000\$000	1.001 a 2.500	15	30%
30:000\$000 a 100:000\$000	2.501 a 10.000	10	20%
Total de Inventários		50	100%

(A) Números absolutos de inventários por faixa de fortuna.

(P) Percentual de inventários na faixa de fortuna em relação ao total de inventários.

Fonte: CMA, Inventários *post mortem* dos Cartórios ODON e FABILIANO

As faixas de fortuna não estabelecem limites estanques para o entendimento da riqueza material de grupos diferentes. Embora reconheçamos os ricos de determinismos, neste caso elas servem para a percepção da maneira pela qual os importados circulam entre os dessemelhantes níveis de riqueza. Assim, é possível inferir de maneira mais precisa a circulação e a recepção dos objetos na sociedade belenense, como também em outras partes da Província. Ao considerarmos que os bens vindos do além-mar tinham muitos usos, estamos afirmando que a sua circulação era intensa, não estando restrita a determinados grupos econômicos. Por outro lado, é necessário assegurar quais produtos circulavam mais entre os

diferentes grupos e os que estavam mais circunscritos as faixas mais e as menos elevadas.

O primeiro grupo que corresponde ao intervalo entre 80 e 200 libras (1:000\$000 a 2:000\$000) nós denominamos de *os mais pobres*, por terem as menores rendas encontradas no montante de inventários levantados, formando o menor grupo entre as cinco faixas de fortuna. Esse grupo era constituído por pessoas aparentemente de vida modesta, que não possuíam dívidas passivas e ativas ou bens de raiz,¹² mas tinham algum tipo de bem importado. Na maioria dos casos esses bens estavam concentrados nos bens da casa e em joias, como é representativo o caso do Major José Cândido Ferraz, o único nessa faixa em que aparece a ocupação.¹³

Ele era casado com D. Anna Sabina Ferraz Teixeira e seus bens somavam o monte-mor de 169,20 libras (1:340\$180). Entre os bens arrolados estavam um canapé¹⁴ do Porto, um oratório pequeno com um crucifixo, uma frisqueirinha de pinho¹⁵, um resplendor de prata e outras peças de cobre e ouro. Como a maior parte dos bens do Major eram dois quartos de casas térreas que juntas custavam 900\$000, os bens importados tinham uma importância significativa no seu inventário.

Outro caso desse mesmo grupo é de D. Maria Egnacia Ribeiro.¹⁶ Ela possuía 89,80 libras (1:146\$400) em bens juntamente com seu marido Julio Cezar Cordeiro Lima. Não consta em seu nome bens de raiz e o bem mais precioso do casal era uma escrava já em idade avançada que valia 1:000\$000. Constava no seu inventário uma dúzia de cadeiras americanas, um lavatório de ferro, seis colheres de prata para sopa, seis colheres de prata para chá, um aparelho branco para chá e um par de castiçais de porcelana. Embora o casal não possuísse bens de raiz, os itens importados estavam presentes em seu cotidiano.

O segundo grupo, com 18% do total de inventariados compreende a faixa de 201 a 600 libras (2:000\$000 a 5:000\$000). Escolhemos denominá-lo de *pobres*

¹² Nessa faixa de fortuna apenas o inventariado José Cândido Ferraz possuía uma pequena dívida ativa e dois quartos de casas térreas na Rua Barroca, números 2 e 3.

¹³ CMA, Inventário de José Cândido Ferraz, 1941. Caixa: 405.923.972.944-809.

¹⁴ Banco com encosto, cujo assento servia de tampa a uma caixa formada pelo mesmo móvel. Cf. BRUNO (2001, p. 205).

¹⁵ Madeira importada dos Estados Unidos.

¹⁶ CMA, Inventário de D. Maria Egnacia Ribeiro, 1869. Caixa: 275.117.268.240-697.

estabilizados por estarmos nos referindo a indivíduos que em sua maioria possuíam bens de raiz no campo e/ou na cidade. Esse grupo se difere do anterior em função de uma maior diversidade de seus bens, pois em geral, no primeiro grupo a maior parte da renda está comprometida apenas com uma posse, seja de uma casinha, um sítio ou uma escrava.

Apesar desses indivíduos do segundo grupo não terem uma grande fortuna, eles têm como característica principal a estabilidade, pois dos 9 inventariados deste grupo 6 não registraram dívidas, e nos 2 casos com dívidas passivas, elas eram inferiores as ativas. Em apenas 1 inventário a dívida passiva superou a ativa, mas ainda assim não gerou um déficit significativo no montante do falecido. Nesse grupo apenas Honório José dos Santos¹⁷ tem sua profissão descrita, a de tipógrafo. Por isso, os bens importados contidos em seu inventário estavam mais ligados ao seu trabalho de tipografia.

Um exemplo dessa relativa estabilidade é o de Antonio de Araújo Bastos.¹⁸ Pelo que consta não era casado. Todos os seus bens somavam 512,74 libras (3:870\$140), mais 70,8 libras (621\$000) em dinheiro, que tudo indica que guardava em casa. Era dono de três casas térreas, perfazendo juntas 2:400\$000, além de três chões.¹⁹ Apesar da sua profissão não ser citada, pode-se inferir que ele realizasse algum trabalho manual, pois entre os bens importados no seu inventário, encontrava-se setenta machadinhos, vinte terçados, seis facões, um machado, um martelo, quatorze verrumas, oito trinchetes, vinte e quatro libras de ferro, trezentos e sessenta pregos, uma colher de pedreiro, um martelo, um pincel de pedreiro e um enxó. A maioria dos instrumentos de trabalho está voltada para o serviço de carpintaria ou marcenaria, provavelmente ele tivesse envolvido com essa atividade.

Na casa de Antonio Araújo Bastos os objetos importados que prevaleciam, além dos objetos de trabalho já citados, eram os bens da casa e joias, o que era uma baliza do grupo como um todo. O inventário continha, três caçarolas de cobre de diferentes tamanhos, três colheres, três cabos de faca e um garfo, todos com oitavas de prata e alguns poucos objetos em ouro.

¹⁷ CMA, Inventário de Honório José dos Santos, 1858. Caixa: 355.156.181.153.436.

¹⁸ CMA, Inventário de Antonio de Araújo Bastos, 1852. Caixa: 855.653.834.806-395.

¹⁹ Indicativo de pequena propriedade. Palavra descrita tal como aparece no inventário.

O terceiro grupo, que abrange o intervalo de 601 a 1.000 libras (5:000\$000 a 10:000\$000), chamamos de *remediados*,²⁰ por estarem situados na linha divisória entre uma tênue estabilização e a solidez da abundância de bens e de fortuna. Isso lhes dava direito de possuir casas térreas, casas de sobrado, rocinhas e terrenos avulsos, como foi identificado na maioria dos inventários deste grupo, que é marcado pela presença de funcionários públicos. Nele encontramos advogado, tabelião, escrivão, professor e um dos cinco comerciantes que levantamos em toda a nossa amostra. A maior parte dos indivíduos desse grupo possuía bens de raiz e não tinha dívidas passivas consideráveis. Em alguns casos as dívidas passivas eram superadas pelas ativas e apenas um inventariado teve dívida passiva maior que a ativa, o que denota certo acúmulo de bens e uma situação econômica estável.

Outra característica peculiar que distingue esse grupo dos anteriores é o aparecimento de uma multiplicidade de produtos. Nele nós localizamos todas as categorias de bens importados,²¹ isto é, alimentos e bebidas,²² coisas de uso público e/ou privado,²³ equipamentos,²⁴ indumentárias e joias,²⁵ trabalho e negócios,²⁶ tratamentos medicinais²⁷ e diversos.²⁸ Em outras palavras, foram constantes as louças, os artigos religiosos, as roupas, as joias, as ferramentas, etc.

²⁰ O termo *remediado* é utilizado por vários autores quando analisam o século XIX. Maria Luiza Ferreira de Oliveira utiliza para designar um grupo de riqueza com poucos bens de raiz, dívidas e grande mobilidade. Ao que parece era um termo já corrente no oitocentos, já aparecendo com frequência em obras de literatos. Em Lima Barreto os *remediados* estão relacionados a uma ideia de ascensão em que ser *remediado* estaria em uma condição suspensa, um estado indefinido cujo real significado somente o sujeito seria capaz de atribuir, mas poderia significar uma camada intermediária da sociedade, caracterizada pelo crescimento econômico por meio do mérito, das articulações ou do trabalho. Cf. MELO (2008). Apesar dessa relativa indefinição podemos dizer que o *remediado* não era pobre, mas também não era da elite, não era o grupo econômico dominante.

²¹ Devido à variedade dos artigos importados decidimos organizá-los em categorias, como forma de melhor identifica-los nos inventários.

²² Alimentos de origem animal, alimentos de origem vegetal, alimentos processados, bebidas, condimentos, óleos e azeites.

²³ Artigos funerários, artigos religiosos (litúrgicos), diversão, fumo, iluminação, instrumentos musicais, leitura: livros, bibliotecas e escritórios, louças, materiais e produtos de limpeza, mobílias do lar, objetos de vidro, bens da casa, obras diversas, transporte, utensílios e alimentos para animais, vasilhames.

²⁴ Ferramentas, maquinarias diversas.

²⁵ Adorno para roupas e pessoas, joias, perfumaria, tecidos e linhas, vestuário.

²⁶ Armamentos e munições, artigos de pesca, itens fotográficos, materiais para construção de casas e ruas, materiais para imprensa, metais e ligas metálicas, moeda, objetos militares, papéis, produtos químicos, utensílios de destilaria e ourivesaria, utensílios de costura, utensílios de marceneiro, carpinteiro e tanoeiro, utensílios de ferreiro e ferragens, utensílios de padeiro, utensílios de sapateiro, utensílios para agricultura, utensílios para comércio, açougue e mercearia.

²⁷ Flores, plantas, sementes, produtos e objetos medicinais, produtos para botica e medicamentos.

²⁸ Todos os produtos não cabíveis nas categorias acima.

No inventário do escrivão João José de Amorim Poeira,²⁹ que dedicou muitos anos da sua vida à atividade de escrivão, encontramos essa variedade. Após sua morte em 22 de fevereiro de 1869 seus bens foram inventariados. Casou-se duas vezes e no momento da sua morte a primeira e a segunda esposa já eram falecidas. E, "não tendo Amorim Poeira prole alguma instituiu em seu testamento como suas únicas e universais herdeiras de todos os seus bens as afilhadas de baptismo e do Chrisma (...)." Quais bens foram herdados pelas afilhadas do escrivão? Os mais valiosos deles era uma morada de casas na Rua Nova de Sant'Ana³⁰, número 1, um terreno atrás do Quartel d'Artilharia e um sítio denominado Carvalho com casa coberta de telhas.

Amorim Poeira devia um pouco mais do que tinha para receber, uma vez que sua dívida ativa era de 95 libras (1:212\$770) e a passiva de 155,9 (1: 990\$930). Portanto suas dívidas não comprometiam a sua renda total. Mais de 90% do seu monte-mor era investido em bens de raiz, sendo que uma delas foi avaliada pelo curador em 10:000\$000, representando quase todo o seu monte-mor, que era de pouco mais do que esse valor. Percebemos o quanto para este grupo a aquisição de bens de raiz era frequente. Aqui os imóveis já vão além do necessário que seria a moradia e, possivelmente, passam a servir para gerar lucros.

Entre os bens móveis e importados tinham dezoito cadeiras portuguesas, dois pares de mangas de vidro, dois pares de castiçais de vidro, uma terrina com asa quebrada, um aparelho de porcelana para chá incompleto, dezessete cálices de diversas qualidades para vinho, oito vidros domados para bebidas, sendo quatro grandes e quatro pequenas, várias imagens de diferentes santos, sendo algumas com detalhes de prata, colheres de prata e um tacho de cobre. Amorim Poeira deixou peças de ouro distribuídas em anéis, cordões e pingentes, um forno de cobre, setenta e dois alqueires de cal e um par de dragonas de alferes.

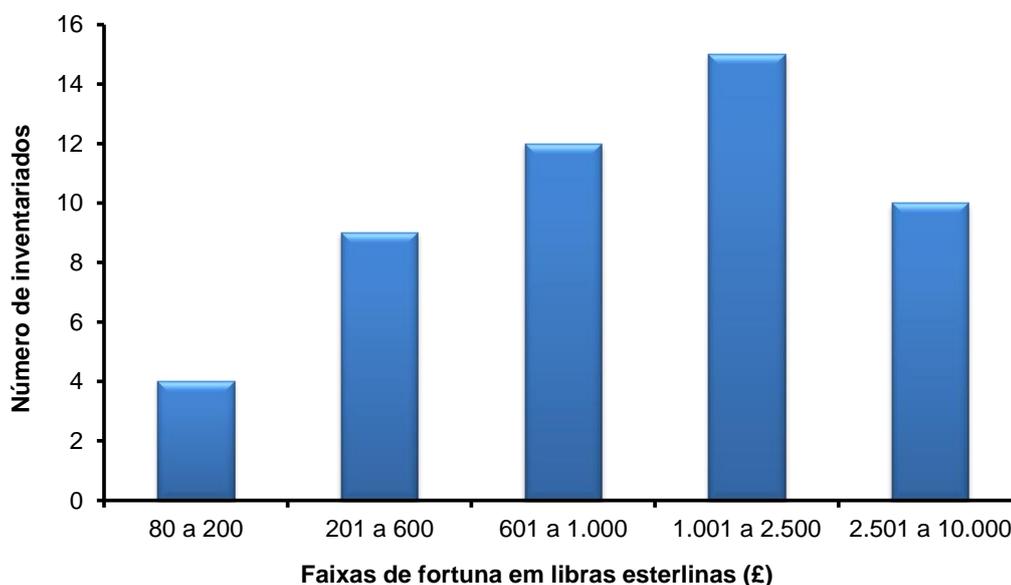
No quarto grupo incluímos sujeitos em que o próprio valor da renda já pode ser entendido como sinônimo de riqueza, que varia de 1.001 a 2.500 libras (10:000\$000 a 30:000\$000). O monte-mor deles os tira de um padrão de instabilidade e os inscreve no que designamos como *abastados*. Considerando os

²⁹ CMA, Inventário de João José Amorim Poeira, 1869. Caixa: 275.117.268.240-697.

³⁰ Atual Senador Manuel Barata.

parâmetros pré-estabelecidos, 94% dos remediados possuíam bens de raiz, 55% não apresentaram nenhum tipo de dívidas, 25% possuíam apenas dívidas ativas e 20% apresentaram dívidas passivas, algumas vezes comprometendo mais de 50% do monte-mor, o que denota que a estabilidade não era característica de todos os inventariados. O gráfico abaixo mostra que este era o maior grupo, representado 30% de toda a amostra.

Gráfico 1 - Faixas de fortuna com base em inventários *post mortem* 1840-1870 em libras esterlinas (£)



Fonte: inventários *post mortem*, CMA

Mesmo que a estabilidade não abranja todo o grupo, podemos dizer que se em apenas 3 dos 15 inventariados havia dívidas passivas, e nos outros casos somente havia dívidas ativas ou nenhuma dívida, existia uma certa solidez econômica e, em alguns casos, havia investimentos ressarcidos no caso dos que possuíam aquisições de ações bancárias, em companhias de navegação, empréstimos ou algum valor referente ao pagamento de compras feitas na casa comercial de sua posse. Esses dados apontam que a solidez era um indicador dessa faixa de fortuna. Estudando as faixas de fortuna na Província da Bahia Kátia Mattoso pondera que:

As fortunas verdadeiras ultrapassam os 10 mil contos de réis. São aquelas em que se estabeleceu uma espécie de estratégia de equilíbrio entre os diferentes elementos que as compõem: bens imobiliários, depósitos bancários, ações, obrigações. Na categoria dos que possuem esse tipo de fortuna encontram-se muitos comerciantes bem estabelecidos na praça, funcionários e magistrados, representantes de várias profissões liberais e alguns membros do alto clero. São em geral, fortunas sólidas (MATTOSO, 1997, p. 62).

Acreditamos que o parâmetro de Kátia Mattoso sirva para entender a nossa realidade dos meados do século XIX, apesar de estarmos falando de províncias diferentes. Em se tratando das profissões que compõem a amostra dessa faixa, a maioria era composta de funcionários públicos ligados à justiça, ao serviço militar e ao trabalho de escreventes em instituições públicas. Outros ainda eram comerciantes e apenas um era clérigo, acredita-se que de alto escalão pelos bens alistados. Nesse grupo tínhamos comerciantes, capitães e juizes. Embora, estejamos avaliando a faixa de fortuna a partir das dívidas ativas e passivas e dos bens de raiz, podemos versar que vários membros com essa fortuna desfrutavam de diversos investimentos.

Antonio José da Silva Neves reuniu no seu inventário o montante de 1044,96 libras (13:340\$000).³¹ Não tinha dívida passiva e possuía investimentos no Banco Mauá, na Companhia de Navegação do Amazonas e, em letras sob a tutela de vários indivíduos, portanto, tinha alguns dos investimentos citados por Mattoso, que somavam 533,3 libras, ou seja, mais de 50% de todos os seus bens. Ele possuía um montante em dinheiro, várias letras na praça, um cheque do Banco Mauá e quatro ações da Companhia do Amazonas. Esses tipos de aplicações passaram a se tornar cada vez mais comuns na segunda metade do XIX, o que gerou a "ascensão de novos tipos de investimentos, com a conseqüente recriação de alguns signos de valor, prestígio e poder (CANCELA, 2006, p. 247)." Nesse sentido,

(...) o crescimento do número de firmas comerciais com o fortalecimento de uma elite de comerciantes, a diversificação dos bens, serviços e oportunidades de trabalho, o incremento da instituição bancária e das sociedades por ações, refletem-se nos bens que agregam riqueza.³²

³¹ CMA, Inventário de Antonio José da Silva Neves, 1869. Caixa: 275.117.268.240.697.

³² *Ibidem*, p. 246.

A maneira como se compõe a fortuna está diretamente relacionada às transformações e os movimentos vividos pela sociedade (MELLO, 1985, p. 28). Mas, então, voltemos para o nosso referencial inicial: os bens de raiz e as dívidas. Com referência aos bens de raiz pertencentes aos abastados constatamos que todos eles tinham bem de raiz, sendo que 80% deles tinham a posse de mais de um imóvel. Quanto aos bens importados, observamos a sua frequência e em vários deles observamos que o inventariado possuía todas as categorias de bens móveis por nós já elencados anteriormente. Vejamos o inventário do juiz de órfãos João Baptista Passos.³³

Dono de uma fortuna de 1857,9 libras (23:718\$000), era possuidor de quatro bens de raiz, o mais valioso uma casa térrea situada na Travessa do Passinho³⁴ número 43 que custava 979,10 libras (12:500\$000). O Dr. João Baptista Passos era um daqueles que não tinha dívida alguma. Foram arrolados em seu inventário muitos objetos importados relacionados a casa, ao trabalho e joias. Entre os bens da casa havia salvas de prata, castiçais de prata, colheres para sopa, arroz e chá de prata, concha de prata, paliteiro de prata, candelabros, espelhos, escarradeiras, canapé do Porto, cadeiras e cadeiras de balanço americana, cadeiras do Porto, cama americana com lastro de lona e várias edições de livros como um volume de direito mercantil por Lisboa, dois volumes de dicionário português e um volume velho de uma gramática inglesa. Entre as joias tinha um relógio de ouro, um relógio americano usado, um botão de diamante, pulseira, medalha, trancelim de ouro e adereços de brilhantes.

No caso desse juiz podemos notar que ele reunia todas as características do que estamos chamando de abastados, pois ele não deixou dívidas e deixou para sua herdeira D. Antonia de Melo Passos e seus filhos vários bens imóveis, entre casas e terrenos na Rua dos Caripunas, Travessa dos Mundurucus e Estrada São Jerônimo, imóveis estes que reuniam 77% do seu montante, o que significa que era um investimento sólido e que poderia possibilitar outras rendas para a família além do salário do magistrado.

³³ CMA, Inventário de João Baptista Passos, 1869. Caixa: 275.117.268.240.697.

³⁴ A Travessa do Passinho é a Travessa Campos Sales.

Por fim, o quinto grupo, que compreende o intervalo de 2.501 a 10.000 libras (10:000\$000 a 30:000\$000) intitulamos *os mais abastados*, sobretudo por estarem posicionados no maior nível de fortuna que encontramos. Um grande marcador dessa faixa de fortuna é a quantidade de bens de raiz que cada inventariado possui, pois localizamos até 12 casas pertencentes a um único dono, o que não aconteceu com o quarto grupo em que 6 era o maior número de casas para um único inventariado.

Por outro lado, no grupo anterior apenas 21% tinha dívida passiva e neste caso estas mesmas dívidas chegam a comprometer a fortuna de 50% dos inventariados. Se compararmos também com o terceiro grupo em que também 50% dos inventariados contraíram dívidas, uma diferença marcante é que naquele caso, em geral, as dívidas passivas eram pequenas ou inferiores as ativas e neste a maioria das passivas são muito superiores as ativas. Aprioristicamente, podemos dizer que quanto maior a fortuna e os movimentos dos investimentos e as possibilidades de negócios, maior também a probabilidade de se contrair dívidas, o que não significa que em larga medida essas dívidas não pudessem ser quitadas. Não foi o que aconteceu com o agente de leilão³⁵ de que vamos tratar.

Antonio José de Carvalho³⁶ era casado com Antonia Luiza Valente de Carvalho. Seu monte-mor correspondia a 2829,96 libras (30\$321000). No entanto, seu monte-mor líquido era de apenas 795,37 libras (8:521\$868), indicando que mais de 70% do seu montante estava comprometido com dívidas. O agente Carvalho aparentava ser um indivíduo muito conhecido na cidade, pois comumente encontramos seu nome nos anúncios dos jornais, em larga medida envolvido com a intermediação de vendas dos produtos importados.

Os jornais estão repletos de anúncios em que aparece o nome do agente Carvalho. São anúncios que oferecem muitos tipos de produtos importados, entre os

³⁵ O agente de leilão, segundo o Código Comercial Brasileiro de 1850 era uma espécie de auxiliar do comércio que estava sujeito as leis comerciais com relação as operações que efetivavam, assim como os corretores, os feitores, guarda-livros, caixeiros, trapicheiros, administradores de armazéns e comissários de transportes. Ver: Brasil. Lei nº 556 - Código Comercial do Império do Brasil, de 25 de junho de 1850. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Vianna, 1872. Segundo Bulgarelli, Os agentes de leilão ou leiloeiros, sendo uma das espécies de auxiliares ou colaboradores independentes do comércio, são os profissionais mediadores, intermediários e motivadores da venda de determinados bens, mediante oferta pública, que lhe são confiadas a este fim. Cf. BULGARELLI (1995, p. 193).

³⁶ CMA, Inventário de Antonio José de Carvalho, 1867. Caixa: 355.015.046.018.031.

mais frequentes, manteiga inglesa, bacalhau português e sortimentos de fazendas inglesas e francesas. Através dos constantes anúncios, intuímos que o agente Carvalho prestava serviços para a administração pública, casas comerciais e outros sujeitos. Não obstante, a profissão desse inventariado era bastante requerida por comerciantes que necessitavam vender algum produto ou algum indivíduo que precisasse se desfazer de seus bens. Mas esse trabalho não lhe rendeu uma fortuna sólida. Fazia parte do inventário de Antonio José de Carvalho uma série de documentos de credores requerendo suas dívidas à viúva do falecido, como no exemplo abaixo:

Diz o D^{or} Trajano de Souza Velho, que tendo confiado ao falecido agente de leilão Antonio José de Carvalho para serem por ele vendidos diversos objetos , cuja renda produziu a importância de trinta e cinco mil novecentos e setenta reis (35\$970) deduzidas as respectivas comissões, como tendo melhor [ilegível] da conta junta, não realizar o falecido agente o pagamento da referida importância em sua vida; e porque a quantia em questão não pertença ao espólio do mesmo falecido, e nem por consequência vem ser [ilegível] pelos herdeiros do mesmo, por isso digão aos interessados. (p. 29).

Outro documento dessa mesma natureza remeteu Muller e C^a. Na qualidade de "depositários da massa falida do falecido José Severino Nunes Branco que tendo (...) sido vendido em leilão mercantil e espólio do dito Nunes Branco pelo agente de Leilões Antonio Joze de Carvalho," vinham a requerer o valor em dinheiro equivalente a esta venda de 1:225\$583. Além disso, constavam dívidas de compras em botica, casas comerciais, dos quais muitos eram produtos importados, destacando-se uma grande quantidade de garrafas de cerveja que ficou devendo a Guimarães Antonio e C^a.

Observamos que nem sempre o nível de riqueza dos legados condizia com a real situação do indivíduo. No caso do agente Carvalho, nem a venda de todos os seus imóveis daria para que sua esposa e filhos quitassem as suas dívidas com seus credores após sua morte. Entretanto, se considerarmos todo o seu montante era possível pagar as dívidas e lhes sobraria um valor que lhe garantiria uma vaga entre os remediados, o que ainda é uma situação favorável a uma boa posição econômica, longe dos poucos recursos da maioria da população.

Já José Antonio dos Santos³⁷ era um legítimo representante do nível de riqueza do grupo ao qual pertencia. De nacionalidade portuguesa era casado com D. Emilia da Silva Castro. Seu monte-mor equivalia a 7442,65 libras (73:811\$450) e no momento de sua morte não deixou nenhuma dívida. Era dono de sete imóveis, todos na cidade, sendo uma morada de casas de sobrado e duas casas térreas na Travessa da Companhia, uma morada de casas térreas na Rua Formosa³⁸, duas moradas de casas de sobrado na Rua da Boa Vista³⁹ e outra morada de casa de sobrado na Rua dos Mercadores.⁴⁰

José Antonio dos Santos era comerciante, mas os dados indicam que boa parte da sua renda provinha do aluguel de algumas dessas casas e de aplicações em ações, pois ele detinha a posse de vários títulos e ações do Banco de Portugal. Apesar dessa significativa riqueza, tinha poucos objetos importados voltados para a casa, tais como uma salva de prata, três pares de castiçais de prata, vinte e quatro cadeiras de madeira do Porto, duas cadeiras de balanço com assento de palhinha de madeira estrangeira e um aparelho de chá de porcelana. Seu bem importado mais oneroso era um piano avaliado em 30,25 libras (300\$000).

Em se tratando do consumo dos grupos com menos de 1.000 libras (10:000\$000), verificamos uma maior variedade de produtos importados. No grupo com mais de 1.000 libras havia uma preponderância das coisas de uso público e/ou privado e das indumentárias e joias. Neste caso há uma frequência de objetos pertencentes a várias categorias em um mesmo inventário. Notamos que em todos os inventários houve ocorrência dos objetos de uso público e/ou privado, 84% dos inventariados tinham descrito indumentárias e joias, 72% possuíam objetos que se enquadravam na categoria diversos, em 44% foram descritos os objetos de trabalho, e em 28% aparecem os equipamentos.

³⁷ CMA, Inventário de José Antonio dos Santos, 1866. Caixa: 400.965.140.112.313.

³⁸ Em 1840 a Rua Formosa passou a ser 13 de Maio. Cf. CRUZ, Ernesto (1952). *Op. Cit.*, p. 85.

³⁹ No livro *Procissão dos séculos: Vultos e episódios da História do Pará*, no tópico Ruas da cidade: Confrontos e Contrastes, Ernesto Cruz faz um pequeno apanhado de algumas trocas dos nomes das ruas de Belém. Segundo ele, após a limpeza e o aterramento da Rua Boa Vista, Bernardo de Sousa Franco, no dia da sua inauguração resolveu prestar uma homenagem ao Sr. D. Pedro II, dando o nome de Rua Nova do Imperador a rua que no período colonial se chamava Rua da Praia. Cf. CRUZ, Ernesto (1952). *Op. Cit.*, p. 84. Atualmente a Rua Nova do Imperador é a 15 de novembro.

⁴⁰ A Rua dos Mercadores passou a se chamar Rua Conselheiro João Alfredo. Cf. CRUZ (1973, p. 148).

Se compararmos estes dados percentuais com os grupos mais ricos, veremos um aumento de 4% no caso das coisas de uso público e/ou privado, 16% para as indumentárias e joias, 36% para os diversos, 12% para os itens destinados ao trabalho e 16% para os equipamentos. Percebemos que o consumo desse grupo é mais variado, sendo a distribuição dos objetos em cada categoria mais comum. Entre os abastados e mais abastados, ao contrário, os importados se concentravam com maior regularidade nos bens da casa e nas indumentárias e joias.

Tabela 4- Diversidade média por inventário dos bens importados entre as faixas de fortuna

Categorias	Faixas de fortuna				
	Os mais pobres (4)	Pobres estabilizados (9)	Os remediados (12)	Os abastados (15)	Os mais abastados (10)
Coisas de uso privado e/ou público	4	11	18	13,5	12
Equipamentos	0	2,50	11	4,60	5
Indumentárias e joias	3,5	10,50	1,20	0,10	0,2
Trabalho e negócios	0,25	3,50	2,40	1,30	0,5
Tratamentos medicinais e outros usos	0	0	0,10	0	0
Diversos	0,25	1,50	1,30	1	0,5
Média total de itens importados	8	29	34	20,5	18,2

Os números entre parênteses, (), indicam as quantidades de inventários pesquisados.

Fonte: CMA, Inventários *post mortem* dos Cartórios ODON e FABILIANO

Constatamos, então, que as classes menos abastadas, de alguma forma, partilhavam dos mesmos bens das mais abastadas, sendo que os remediados eram quem tinham maior variedade de bens importados. Havia, pode-se dizer, uma assimilação dos novos gostos, assim como deveria haver uma imitação dos mais abastados pelos modos de consumir dos mais abastados ainda, que não conseguimos identificar na nossa amostra. Essa seria uma prática recorrente no oitocentos em função de um ávido interesse pelas novidades disponíveis para o consumo. Entre os sujeitos com menos de 1.000 libras, temos uma camada que podemos chamar de intermediária por se situarem entre os abastados e os pobres estabilizados. Por sinal, eles detinham a maior variedade no consumo dos importados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira mais ou menos intensiva, todos os inventariados associados às várias faixas de fortuna, apresentam um expressivo número de objetos importados em seus inventários. Todos os inventários arrolados possuem um elemento comum, mesmo considerando as distinções sociais, isto é, o consumo desses objetos. A função que os objetos assumem para os indivíduos pode variar, dependendo da necessidade ou desejo de se consumir esses bens. Porém, no geral, podemos dizer que os importados circulavam em Belém nos meados do oitocentos em um ritmo nada desprezível, o que desconstrói a ideia de que o desenvolvimento do comércio e a adoção de ideias e bens importados só teria se tornado marcante a partir de 1870, período demarcado pela historiografia como *Belle époque*.

Notemos que em todas as faixas de fortunas analisadas, seja em qualquer profissão, estão presentes bens importados, o que nos permite considerar que, antes de 1870, Belém estava articulada com países europeus em um processo que criava distinções e supria necessidades de muitos de seus moradores, seja dos mais pobres ou dos mais abastados, compondo o quinhão de muitos herdeiros já desde bastante tempo.

Considerando essa amplitude do consumo, é necessário relativizar para não restringir o consumo dos importados ao requinte ou ao estabelecimento de padrões fixos de consumo a ponto de não poder se estender a outras camadas sociais. Por isso, buscamos através de casos particulares constatar que a posse de artigos importados era muito variado entre os sujeitos, não estando restrito a uma fortuna específica. O consumo dos importados perpassa pela circularidade cultural.

De acordo com Carlo Ginzburg (1987, p. 13), a cultura popular se define em oposição à cultura das classes dominantes, mantendo uma relação com essa cultura, filtrando-a segundo seus valores e condições de vida. Para ele, houve desde a Europa pré-industrial, entre essas duas culturas "um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo".⁴¹ Com base nesse pressuposto, podemos afirmar que o consumo dos

⁴¹ GINZBURG, Carlo. *Op. Cit.*, p. 13.

importados teve vários matizes que não eram determinados unicamente pela riqueza material dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870*. 2004. 283 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BIARD, François Auguste. *Dois Anos no Brasil (1858-1859)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial LTDA, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*. vol 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRUNO, Ernani Silva. *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

BULGARELLI, Waldirio. *Direito Comercial*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha*. 2006. 343 p. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

COMISSOLI, Adriano. Serão os números a certeza da História? Análise de fortunas com base em inventários *post mortem* para oficiais administrativos do Rio Grande de São Pedro. In: *Anais: produzindo história a partir de fontes primárias / VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 9-24.

CRUZ, Ernesto. *Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1952.

_____. *História do Pará*. 2. ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 1973.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: Para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 1994.

FRAGOSO, João Luís R.; FLORENTINO Manolo. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. 62, 1977 (1970).

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____; FLETCHER, James. *O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. "Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no Século XIX". In: *Estudos Econômicos*, nº 15, 1985, pp. 153-167.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Trad. J. Amado. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Bahia, século XIX, uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. A opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MELO, Rita de Cássia Guimarães. *Lima Barreto: a experiência social e cultural na formação dos remediados*. 2008. 248 p. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2008.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*, São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1985.

NOBRE, Izenete Garcia. *Leitura a vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista*. Dissertação (Mestrado). 2009. 194 p. Belém: UFPA, 2009.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência de urbanização*. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

ORTON, James. *The Andes and the Amazon or Across the Continent of South America*. New York: Harper & Brothers, Publishers, Franklin Square. 1870.

RICCI, Magda. "O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)". In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *O Valle do Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ª Ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. *História de "movimentos": embarcações e população portuguesas na Amazônia Joanina*. R. Bras. Est. Pop. v. 27, n. 1, jan./jun., 2010, p. 193-210.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pela Amazônia e Rio Negro*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 17, 2004.

WARREN, John Esaias. *Pará or Scenes and Adventures on the banks of the Amazon*. New York: G. P. Putnam, 1851.